



EUCATEX S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
CNPJ/MF 56.643.018/0001-66

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2024

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESTAQUES 4T24 vs 4T23

- **Receita Líquida de R\$ 753,6 milhões (+13,7%)**
- **EBITDA Recorrente de R\$ 165,0 milhões (+26,9%), com Margem de 21,9%**
- **Lucro Líquido Recorrente de R\$ 42,1 milhões (-44,8%)**

- **Receita Líquida de R\$ 2.857,8 milhões (+6,7%)**
- **EBITDA Recorrente de R\$ 590,3 milhões (+7,7%), com Margem de 20,7%**
- **Lucro Líquido Recorrente de R\$ 220,0 milhões (-25,7%)**

Valores em R\$ MM	4T24	4T23	Var. (%)	2024	2023	Var. (%)
Receita Líquida	753,6	663,1	13,7%	2.857,8	2.677,6	6,7%
Lucro Bruto	261,3	222,5	17,4%	946,2	887,8	6,6%
Margem Bruta (%)	34,7%	33,6%	1,1 p.p.	33,1%	32,2%	0 p.p.
LAJIDA (EBITDA) Ajustado por Eventos não Caixa	152,0	130,0	13,4%	548,0	469,2	16,8%
Margem LAJIDA (EBITDA) (%)	20,2%	20,2%	0 p.p.	19,2%	17,5%	1,6 p.p.
Lucro Líquido do Período	33,6	229,3	-85,4%	198,0	422,2	-53,1%
Lucro Líquido Recorrente do Período	42,1	76,3	-44,8%	220,0	296,2	-25,7%
Endividamento Líquido	593,0	586,5	1,1%	593,0	586,5	1,1%
Dívida Líquida/LAJIDA (EBITDA) (UDM)	1,0	1,0	3,4%	1,0	1,0	3,4%
LAJIDA (EBITDA) Ajustado Recorrente	165,0	130,0	26,9%	590,3	548,1	7,7%
Margem LAJIDA (EBITDA) Ajustada Recorrente	21,9%	19,6%	2,3 p.p.	20,7%	20,5%	0,2 p.p.

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2024 surpreendeu até mesmo as expectativas mais otimistas, com crescimento do PIB estimado em 3,5%, no comparativo com o ano de 2023, ante previsões de 1,59%, no Boletim Focus do Banco Central do Brasil (BCB) de 15 de janeiro de 2024. Parte desse crescimento pode ser creditado às reformas realizadas entre 2017 a 2022, visando a modernização do Estado e a redução da sua participação na economia. Outra parte, iranicando no sentido contrário a partir de 2023, pode ser creditada ao aumento da participação do Estado, com interrupção das políticas de privatização de estatais e aumento dos programas sociais e de transferência de renda, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família, responsável por injetar durante o ano o valor recorde de R\$ 168,3 bilhões na economia (Magazine Luiza, Casas Bahia, Ponto e formatos similares) e 9,5% em termos acompanhado pelo crescimento do rendimento médio e massa salarial real, foi responsável por injetar R\$ 339,4 bilhões na economia, no último trimestre de 2024, ou R\$ 23,3 bilhões a mais do que no mesmo trimestre de 2023 (fonte PNADC/IBGE). Nesse cenário, houve significativa expansão do consumo interno, inclusive nos segmentos de materiais de construção e móveis. Dados consolidados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC/IBGE), indicaram um crescimento real do comércio de materiais de construção brasileiro de 4,7%, no comparativo 2024 com 2023. Já as vendas de móveis, cresceram 5,9% dentro do canal magazine (Magazine Luiza, Casas Bahia, Ponto e formatos similares) e 9,5% em termos de produção industrial física. Muito provavelmente, o desempenho percentual melhor da indústria moveleira foi influenciado pela valorização do dólar durante o ano, com expressivo aumento das exportações. Os dados setoriais relativos às áreas de atuação da Eucatex, corroboram os dados oficiais do comércio e indústria. A Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas (ABRAFATI), aponta um crescimento de 5,9% na produção de tintas imobiliárias e, a Indústria Brasileira de Árvores (IBA), somando-se a produção de MDF/HDF/MDP, um crescimento de 16,4% nas vendas para o mercado interno, e de 35,4% nas vendas para o mercado externo. Por fim, relativamente a pisos laminados, houve decréscimo de 2,3% nas vendas internas descolando dos demais dados, cuja retração pode ser atribuída a outros fatores, que não os econômicos. O aquecimento do consumo interno tem contribuído para o aumento da inflação, obrigando o BCB a retornar o ciclo de alta da taxa Selic em setembro passado, cujos efeitos no consumo interno de bens duráveis, como materiais de construção e móveis, serão mais sentidos no decorrer deste ano, com natural desaceleração - sem retração - da produção e vendas.

DESEMPENHO OPERACIONAL E RESULTADOS

RECEITA LÍQUIDA						
Distribuição da Receita Líquida (R\$ MM)	4T24	4T23	Var. (%)	2024	2023	Var. (%)
Segmento Indústria Moveleira e Revenda	284,4	245,8	15,7%	1.043,8	1.015,0	2,8%
Segmento Construção Civil	279,0	264,4	5,5%	1.091,0	1.028,5	6,1%
Exportação	176,8	132,5	33,4%	668,9	577,6	15,8%
Outros (*)	13,3	20,4	-34,7%	54,1	56,5	-4,4%
Receita Líquida	735,6	663,1	13,7%	2.857,8	2.677,6	6,7%

(*) Perfis metálicos, venda de terrenos e venda de energia. A Receita Líquida Total no 4T24 atingiu R\$ 753,6 milhões, ante R\$ 663,1 milhões no 4T23, crescimento de 13,7%. No acumulado do ano, o crescimento foi de 6,7% quando comparado ao ano anterior.

SEGMENTO INDÚSTRIA MOVELEIRA E REVENDA

No Segmento Indústria e Revenda, formado pelos painéis de MDP/MDF/HDF e Chapa de Fibra, a Receita teve um crescimento de 15,7% no 4T24, principalmente em função da venda de um mix de produtos com maior valor agregado e do reajuste dos preços em alguns produtos. Em 2024, houve um aumento de 2,8% quando comparado ao ano anterior, só não foi possível perceber uma melhora mais expressiva da receita ao longo do ano de 2024, basicamente devido à realização de estoques formados no final do ano de 2022 e que foram vendidos no 1T23, aumentando a base de comparação. No ano de 2024, a Companhia teve como estratégia fazer um reposicionamento da marca, focando na qualidade do mix dos produtos e na venda de produtos diferenciados e de maior valor agregado para o mercado, abandonando as vendas de commodities, as quais possuem preços mais baixos e consequentemente, menores margens. Como parte desta abordagem, a Companhia participou de duas feiras importantes para o setor onde aproveitou para lançar novos produtos consolidando essa estratégia de melhoria de MIX. Vale ressaltar que 2024 foi um ano com demandas fortes em praticamente todos os canais de atuação, no segmento da indústria moveleira o mercado começou aquecer em maio e junho e se manteve forte até dezembro, já na revenda ocorreram muitos lançamentos na linha premium durante a feira Revestir no mês de março, o que ajudou bastante na conquista de maior espaço entre os distribuidores de painéis.

SEGMENTO CONSTRUÇÃO CIVIL

No 4T24, o Segmento Construção Civil, formado pelos produtos: Pisos Laminados, Acessórios de Pisos, Pisos Vinílicos, Portas, Divisórias e Tintas Imobiliárias, apresentou um crescimento de 5,5% na Receita Líquida, quando comparado ao 4T23, a variação foi impulsionada principalmente pelos setores de pisos laminados, painéis e também pelo setor de Tintas que acompanhou o mercado no qual está inserido. No acumulado do ano de 2024, a variação foi positiva em 6,1%. A Eucatex, manteve seu empenho nos lançamentos de produtos de maior valor agregado e alta tecnologia, para melhorar do mix e da rentabilidade, todos estes lançados no ano de 2024 nas feiras Revestir, Feicom e Hausdecor. A Companhia também focou no PDV, ações com balconistas e profissionais, além do reforço na atuação nos canais de Construtoras e distribuidores, o que tem nos ajudado a fortalecer ainda mais a marca EUCATEX. O Mercado de Pisos Laminados, segundo a IBA, apresentou queda de 1,6% no acumulado em relação a 2023. Com relação ao Mercado de Tintas, a ABRAFATI (Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas) divulgou um crescimento de 5,9% no acumulado de 2024 quando comparado ao ano anterior. O aumento dos lançamentos e das vendas do programa Minha Casa Minha Vida, além do mercado de trabalho aquecido vem contribuindo para manter um bom nível na demanda dos produtos destinados a Construção Civil, como portas e kit portas, pisos laminados e tintas, com destaque para os dois primeiros que são vendidos em negociações diretas com as construtoras.

SEGMENTO EXPORTAÇÃO

A Receita Líquida do Segmento Exportação apresentou um crescimento de 33,4% no 4T24 em relação ao 4T23, devido ao lançamento de novos produtos e a captação de novos clientes o que tem contribuído para a expressiva expansão dos volumes devido ao aumento da demanda das vendas, além do reajuste dos preços e também da variação cambial no período. No acumulado do ano, o aumento foi de 15,8% comparado ao mesmo período de 2023. A Eucatex tem sido bem sucedida no aumento de sua base de clientes e expansão dos negócios com os clientes que detêm, por esse motivo a expectativa é de crescimento nas vendas para o ME. O reflexo desse crescimento se dará aos poucos, pois o ciclo operacional das exportações é longo. De acordo com a IBA, as exportações brasileiras de painéis de MDP e MDF registraram um aumento de 35,4% em 2024 em relação ao ano de 2023.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS RECORRENTES (CPV)

O CPV apresentou aumento de 10,3% no 4T24, comparado ao 4T23, reflexo do aumento dos custos de alguns insumos que subiram além da inflação, especialmente a resina utilizada na fabricação dos painéis MDP e MDF e também do impacto do aumento nos custos fixos, como mão de obra. Além disso em função do aumento no volume das vendas no segmento da exportação cresceram também os gastos com frete marítimo. No acumulado do ano o aumento foi de 5,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

VALOR JUSTO DO ATIVO BIOLÓGICO

No 4T24, o ajuste do valor justo do ativo biológico apresenta redução de 13,1% em relação ao 4T23. A velocidade dos aumentos de preço de madeira foi menor no trimestre, o que contribui para queda do percentual de ajuste, em que pese o maior volume de plantio.

LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA RECORRENTES

O Lucro Bruto atingiu R\$ 261,3 milhões no 4T24, contra R\$ 222,5 milhões, no 4T23, aumento de 17,4%. Os aumentos de preço e a melhora no volume de vendas da Companhia, bem como o mix de venda com produtos de melhor valor agregado, contribuíram para o crescimento na rubrica do Lucro Bruto, levando a um aumento na margem bruta de 1,1 p.p. No acumulado do ano de 2024 essa rubrica teve um aumento de 6,6% quando comparado ao ano de 2023.

DESPESAS OPERACIONAIS RECORRENTES

Distribuição das Despesas (R\$ MM)	4T24	4T23	Var. (%)	2024	2023	Var. (%)
Gerais e Administrativas	(26,3)	(20,8)	26,5%	(94,4)	(82,3)	14,8%
Vendas	(118,6)	(94,7)	25,2%	(434,6)	(374,2)	16,2%
Total das Despesas Operacionais	(144,9)	(115,5)	25,5%	(529,0)	(456,4)	15,9%
% da Receita Líquida	19,2%	17,4%	1,8 p.p.	18,5%	17,0%	1,4 p.p.
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(2,4)	(1,7)	41,4%	(1,6)	(2,0)	-22,4%

As Despesas Gerais Próprias corresponderam a 19,2% da Receita Líquida no quarto trimestre de 2024, comparado a 17,4% no mesmo período de 2023, indicando um aumento nominal de 25,5%. Pelo menos 45% da variação dos gastos são explicados pelo aumento nos gastos com fretes e despesas gerais de exportação, refletindo o crescimento nas vendas desse segmento que tem maiores despesas variáveis de vendas quando comparadas as do Mercado Interno. Contribuíram também para o crescimento das despesas o aumento nos gastos com marketing, aumento nos gastos com software, despesas com viagens, entre outros.

EBITDA E MARGEM EBITDA RECORRENTES

Como consequência do exposto, o EBITDA Recorrente somou R\$ 165,0 milhões, melhora de 26,9% em relação ao alcançado no 4T23. No acumulado de 2024, o aumento foi de 7,7% quando comparado ao ano de 2023. A Margem EBITDA Recorrente no 4T24 atingiu 21,9%, crescimento de 2,3 p.p. quando comparado ao obtido em igual período do ano anterior.

Reconciliação do LAJIDA (EBITDA) (R\$ MM)

	4T24	4T23	Var. (%)	2024	2023	Var. (%)
Lucro Líquido do Período	33,6	229,3	-85,4%	198,0	422,2	-53,1%
IR e CS	(10,7)	(93,3)	88,6%	29,1	(96,8)	-130,1%
Resultado Financeiro Líquido	(78,1)	(26,7)	-392,2%	146,2	25,1	482,8%
LAJIR	101,0	109,3	-7,6%	373,3	350,5	6,5%
Depreciação e Amortização	74,1	51,3	44,5%	260,3	225,0	15,7%
LAJIDA (EBITDA) Res. CVM 156/22	175,1	160,6	9,1%	633,6	575,5	10,1%
Margem EBITDA	23,2%	24,2%	-0,9 p.p.	22,2%	21,5%	0,7 p.p.
Ajustes não Caixa						
Varição no valor justo dos ativos biológicos	(23,1)	(26,6)	-13,1%	(85,6)	(106,3)	-19,5%
LAJIDA (EBITDA) Ajustado por Eventos não Caixa	152,0	134,0	13,4%	548,0	469,2	16,8%
Eventos não recorrentes operacional	13,0	(3,0)	-428,6%	42,3	78,9	-46,4%
LAJIDA (EBITDA) Ajustado Recorrente	165,0	130,0	26,9%	590,3	548,1	7,7%

Reconciliação do LAJIDA (EBITDA) (R\$ MM)

	4T24	4T23	Var. (%)	2024	2023	Var. (%)
Margem LAJIDA (EBITDA) Ajustada Recorrente	21,9%	19,6%	2,3 p.p.	20,7%	20,5%	0,2 p.p.
Lucro Líquido do Período	33,6	229,3	-85,4%	198,0	422,2	-53,1%
Resultados não recorrentes	13,0	(170,1)	107,6%	33,3	(129,2)	125,8%
IR/CSLL sobre resultados não recorrentes	(4,4)	17,1	-125,7%	(11,3)	3,2	-453,1%
Lucro Líquido do Período (Recorrente)	42,1	76,3	-44,8%	220,0	296,2	-25,7%
Margem Líquida	5,6%	11,5%	-5,9 p.p.	7,7%	11,1%	-3,4 p.p.

LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE

O Lucro Líquido Recorrente, no 4T24, retirando o efeito dos gastos não recorrentes, líquido do efeito do IR, totalizou R\$ 42,1 milhões, queda de 44,8% em relação ao 4T23, que se explica pela piora no resultado financeiro líquido em R\$ 58,4 milhões, em função de maiores taxas de juros e do aumento na variação cambial, além do aumento no IR e CSLL, que no 4T23 foi praticamente zero, devido ao reconhecimento do crédito da subvenção. No acumulado do ano houve uma queda de 25,7% comparado ao ano de 2023, que se explica pelos mesmos motivos do 4T24. No 4T24, os Eventos não Recorrentes registram R\$ 13,0 milhões de despesas, sendo: a) R\$ 3,6 milhões de despesas referente a processos e indenizações trabalhistas; b) R\$ 4,7 milhões de despesas de honorários advocatícios relativos a processos tributários; e c) R\$ 4,6 milhões relativos ao ajuste da provisão para contingências, trabalhistas e tributárias.

DÍVIDA

A dívida líquida da Companhia, totalizou R\$ 593,0 milhões ao final do 4T24, crescimento de 7,7% em relação ao 3T24, representando 1,0x o EBITDA recorrente anualizado.

Endividamento (R\$ MM)

	4T24	3T24	Var. (%)	2023	Var. (%)
Dívida de Curto Prazo	329,6	319,2	3,3%	307,2	7,3%
Dívida de Longo Prazo	478,1	514,3	-7,4%	396,7	20,0%
Instrumentos Financeiros Derivativos	33,6	3,5	855,3%	12,9	160,8%
Dívida Bruta	839,3	837,0	0,3%	716,8	17,1%
Disponibilidades	246,2	286,2	-13,9%	130,3	88,9%
Dívida Líquida	593,0	550,9	7,7%	586,5	1,1%
% Dívida de curto prazo	39%	38%	1 p.p.	43%	-3 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA Recorrente	1,0	1,1	-9,6%	1,1	-8,9%

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados totalizaram R\$ 73,4 milhões, no 4T24, e R\$ 300,9 no ano de 2024 destinados a manutenção das atividades industriais e, principalmente, florestais da Companhia. Para 2025, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 347,8 milhões, o que representa um crescimento de 28,8%, em relação a 2024, justificados por um aumento importante no volume de implantação de novas florestas, pela aquisição de novos equipamentos para melhoria da produtividade da fábrica de Tintas e pela implantação de sistemas de segurança na área de tecnologia e informação.

SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade florestal da Eucatex é garantida por 48,3 mil hectares de florestas, todas localizadas no Estado de São Paulo. A Companhia é reconhecida por praticar o desenvolvimento sustentável, sendo a primeira empresa do setor a conquistar a ISO 9001, em 2000. Possui certificação ISO 14001 e o Selo Verde, certificado concedido pelo Forest Stewardship Council (FSC), que atesta o manejo de suas florestas de acordo com rigorosos padrões socioambientais e econômicos. A Eucatex foi pioneira ao implantar a primeira linha de reciclagem de resíduos de madeira em escala industrial na América do Sul. A utilização de equipamentos de última geração permite que o material captado em um raio de, aproximadamente, 120 quilômetros de distância da unidade de Salto/SP seja utilizado como matéria-prima na produção de chapas e como biomassa para queima em suas caldeiras. A capacidade nominal total de processamento é de 240 mil ton./ano o equivalente a, aproximadamente, 2 milhões de árvores, 470 mil m³ de madeira em pé ou 1.500 hectares de florestas plantadas. O investimento para manter esse volume de madeira, considerando um ciclo de sete anos, em terras e plantio, seria de, aproximadamente, R\$ 200 milhões. Além do aspecto "custo", o processo de reciclagem de madeira evita que o material seja destinado a aterros sanitários das cidades. Em outro importante avanço em suas práticas ESG (Environmental, Social and Governance), a Companhia celebrou, um contrato de compra de energia elétrica de longo prazo (PPA) com o Grupo Comera Energia, na usina solar Castilho, a maior do estado de São Paulo, com capacidade de geração de 269 MWp, em regime de autoconsumo. Essa energia limpa e renovável garantirá 50% do consumo das unidades fabris da Companhia.

MERCADO DE CAPITALIS

As ações ON e PN da Eucatex, listadas na B3 com os códigos EUCA3 e EUCA4, encerraram o 4T24 cotadas a R\$ 16,40 e R\$ 13,29, respectivamente. O valor de mercado da Companhia ao final do período era de R\$ 1.328,1 milhões, cerca de 53% do valor patrimonial.

SOBRE A EUCATEX

A Eucatex S.A. Indústria e Comércio completou 73 anos e está entre as maiores produtoras brasileiras de pisos, divisórias, portas, painéis MDP/MDF/HDF, chapas de fibras de madeira e tintas e vernizes. Opera seis fábricas em Bolacatu/SP, Salto/SP e Cabo de Santo Agostinho/PE, e emprega mais de 3,5 mil funcionários. Seus produtos são exportados para mais de 37 países. Para mais informações, acesse o site www.eucatex.com.br/ri. As afirmações contidas neste documento, relacionadas às perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas às práticas de crescimento da Eucatex são meramente projeções e, como tais, são baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, das condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, estão sujeitas a mudanças, sem aviso prévio.

AUDITORIA

A política do Grupo Eucatex em relação aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados a auditoria externa das demonstrações financeiras, se substancia nos princípios que preservam a independência profissional. Estes princípios se baseiam na premissa de que o auditor não deve perder seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou, ainda, advogar por seu cliente. Durante o ano de 2024, o Grupo Eucatex não contratou outros serviços da Ernst & Young Auditores Independentes S/S. Os indicadores operacionais e financeiros não foram objetos de auditoria pelos nossos auditores independentes.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

	Controladora				Consolidado			
	Notas	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	29	221.788	255.552	2.857.800	2.677.586			
Varição do valor justo dos ativos biológicos	15	-	-	85.579	106.252			
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	30	(169.359)	(207.869)	(2.001.100)	(1.905.378)			
Lucro bruto		52.429	47.683	942.288	878.460			
Despesas e receitas operacionais								
Despesas com vendas	30	(559)	(430)	(435.271)	(374.757)			
Despesas gerais e administrativas	30	(12.944)	(19.220)	(103.949)	(99.411)			
Honorários da administração	14	(2.342)	(1.928)	(12.426)	(11.530)			
Resultado de equivalência patrimonial	13	169.232	300.795	-	-			
Outras (despesas) operacionais, líquidas	31	(1.842)	(16.201)	(17.316)	(42.232)			
		151.995	263.016	(568.962)	(527.93			

...continuação



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de reavaliação			Reserva de lucros			Outros resultados abrangentes	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido consolidado
			Controladora	Controladas	Legal	Expansão e investimento	Reserva para Subvenção e Investimento	Reserva de lucros						
Saldos em 1º de janeiro de 2023	851.941	(2.947)	156.009	239	41.482	419.376	11.176	446.257	7.442	81.914	-	2.012.889	(92)	2.012.797
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	422.208	422.208	5	-	422.213
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.071)	-	(3.071)	-	-	(3.071)
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	851.941	(2.947)	156.009	239	41.482	419.376	11.176	446.257	4.371	81.914	422.208	2.432.026	(87)	2.431.940
Reserva legal	-	-	-	-	21.110	-	-	-	-	-	(21.110)	-	-	-
Reserva de ativos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	44.455	-	-	(44.455)	-	-	-
Reserva de ativos contingentes	-	-	-	-	-	-	-	201.688	-	-	(201.688)	-	-	-
Reserva de subvenção e investimento do exercício	-	-	-	-	-	-	85.769	-	-	-	(85.769)	-	-	-
Reserva de subvenção e investimento de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	256.387	-	-	-	(256.387)	-	-	-
Constituição de reserva para expansão e investimento	-	-	-	-	-	-	44.490	-	-	-	(44.490)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.696)	(24.696)	-	-	(24.696)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	851.941	(2.947)	156.009	239	62.592	207.479	353.332	692.400	4.371	81.914	198.025	2.407.330	(87)	2.407.243
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	198.025	198.025	(13)	198.012
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	31.110	-	31.110	-	-	31.110
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	851.941	(2.947)	156.009	239	62.592	207.479	353.332	692.400	4.371	81.914	198.025	2.432.026	(100)	2.431.940
Aumento de capital (Nota 26a)	560.811	-	-	-	-	(207.479)	(353.332)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (Nota 26b.1)	-	-	-	-	9.901	-	-	-	-	-	(9.901)	-	-	-
Reserva de ativos biológicos (Nota 26b.3)	-	-	-	-	-	-	-	33.990	-	-	(33.990)	-	-	-
Reserva de ativos contingentes (Nota 26b.3)	-	-	-	-	-	-	-	61.583	-	-	(61.583)	-	-	-
Constituição de reserva para expansão e investimento (Nota 26b.2)	-	-	-	-	-	-	-	150.041	-	-	(150.041)	-	-	-
Juros sobre capital próprio (Nota 26c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(65.676)	(65.676)	-	(65.676)
Outros	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.412.752	(2.947)	156.009	239	72.493	150.042	-	664.807	35.481	81.914	2.570.790	2.570.790	(100)	2.570.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eucatex S.A. Indústria e Comércio ("a Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede localizada na Avenida Juscelino Kubitschek, 1830, 11º andar, Torre I, Itaim Bibi, São Paulo/SP. As atividades da Companhia compreendem, principalmente, a produção para comercialização, no país e no exterior, de painéis de madeira - MDF/THDF (Medium Density Fiberboard/Thin High Density Fiberboard), chapas de fibra (fibra de madeira e MDP (Medium Density Particleboard), além da produção de produtos derivados, como Pisos Laminados, Portas para Construção Civil e Painéis de Divisão. As sociedades controladas diretas e indiretas atuam na produção e na comercialização de tintas imobiliárias, artefatos para construção civil e comercialização do excedente energético. O capital social é representado por 31.257.700 ações ordinárias (EUCA3) e 61.361.556 preferências (EUCA4), totalizando 92.619.256 ações, negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3"). Desse total, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 479.280 (425.928 em 31 de dezembro de 2023) ações preferências em tesouraria (NE 26). A Companhia possui 5 (cinco) unidades industriais e 36 mil hectares de florestas plantadas em 137 fazendas, localizadas no Estado de São Paulo. Em 24 de janeiro de 2023, a Companhia informou ao mercado que assinou o "Termo de Autocomposição" junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo ("MPSP"), ao Município de São Paulo ("Município"), ao Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e a outros. De acordo com o Termo de Autocomposição, o MPSP e o Município concordaram em: (i) excluir a Companhia do polo passivo (i.a) da ação civil pública nº 0027569-02.2009.8.26.0053 ("ACP"), em curso perante a 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo; e (i.b) da ação cautelar denominada nº 0011190-44.2013.8.26.0053 ("Ação Cautelar"), em curso perante a 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo; bem como em (ii) extinguir todas as medidas constritivas e restritivas impostas à Companhia no âmbito e em decorrência de tais processos, inclusive de indisponibilidade de bens; e (iii) não ajuizar nem apoiar novas demandas em face da Companhia por fatos conexos à ACP ou à Ação Cautelar. Em contrapartida, a Companhia pagou ao Município o valor de US\$7.238mil, convertidos em moeda corrente nacional com base na taxa de câmbio vigente na data do efetivo depósito judicial no montante de R\$ 35.957 (Nota 31). O Termo de Autocomposição foi protocolado perante a 4ª Vara da Fazenda Pública da Capital e passou a gerar efeitos a partir do trânsito em julgado da sentença homologatória, resultando também na regularização das ações da Companhia (anteriormente bloqueadas no âmbito da ACP e da Ação Cautelar) detidas por Kildare Realisations Limited e Macdoel Realisations Limited ("Acionistas Vendedores"), acionistas minoritários da Companhia e que já se encontravam em processo de liquidação judicial nas Ilhas Virgínicas Britânicas desde 2017. Concomitantemente à celebração do Termo de Autocomposição, uma sociedade indiretamente controlada pelo BTG Pactual ("Investidora") e o BTG Pactual celebraram um "Asset Purchase Agreement and Other Covenants" ("APA"), por meio do qual a Investidora adquiriu as ações emitidas pela Companhia anteriormente detidas pelos Acionistas Vendedores. Em razão do APA, a Investidora adquiriu um percentual de aproximadamente 13% (treze por cento) do capital total da Companhia em ações ordinárias e cerca de 38% (trinta e oito por cento) do capital da Companhia em ações preferências. Concomitantemente, a Investidora celebrou nesta data junto aos acionistas integrantes do grupo de controle da Companhia ("Acionistas Controladores") um acordo de acionistas que estabeleceu, dentre outros, (a) o direito da Investidora indicar 1 (um) membro do conselho de administração da Companhia; e (b) determinadas matérias relativas à proteção patrimonial da Investidora cuja aprovação estará sujeita ao voto favorável da Investidora em reunião prévia ("Acordo de Acionistas"). O Acordo de Acionistas encontra-se disponível na sede da Companhia e nos websites de Relação com Investidores da Companhia (i.eucatex.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br). Os Acionistas Controladores, a Investidora e o BTG Pactual buscam realizar a migração da Companhia para o segmento especial de listagem da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, denominado de "Nível 2", e a regularizar disposições adicionais com relação a direitos de liquidez das ações da Investidora na Companhia. Adicionalmente, reforçando seu comprometimento de longo prazo com a Companhia, os Acionistas Controladores aumentaram a sua participação societária mediante aquisição de parcela das ações adquiridas pela Investidora em razão do APA, representativas de cerca de 13% (treze por cento) do capital total da Companhia em ações ordinárias e cerca de 5% (cinco por cento) do capital total da Companhia em ações preferências, de modo que a Investidora, por sua vez, permaneceu detentora exclusivamente de ações preferências de emissão da Companhia (com exceção de 1 ação ordinária, que será mantida pela Investidora), as quais são representativas de cerca de 33% (trinta e três por cento) do total das ações de emissão da Companhia. O BTG Pactual não participa do controle da Companhia, que continua a ser exercido pelos Acionistas Controladores. Os acordos descritos, concluídos após significativo empenho das partes envolvidas, foram extremamente positivos para a Companhia que, além de sanear situações jurídicas conflituosas, tem caminhado cada vez mais para aprimorar a sua gestão e alcançar melhor desempenho, crescimento, geração de valor, incremento na gestão e governança corporativa da Companhia. 1.1. **Ransomware - Ataque Cibernético:** Em 02 de maio de 2024, a Companhia, através de comunicado ao mercado, divulgou que sofreu um ataque cibernético que resultou nas paralisações de seu sistema ERP e correio eletrônico. Os bancos de dados permaneceram intactos e, não houve evidências de perda ou qualquer tipo de vazamento de informação.

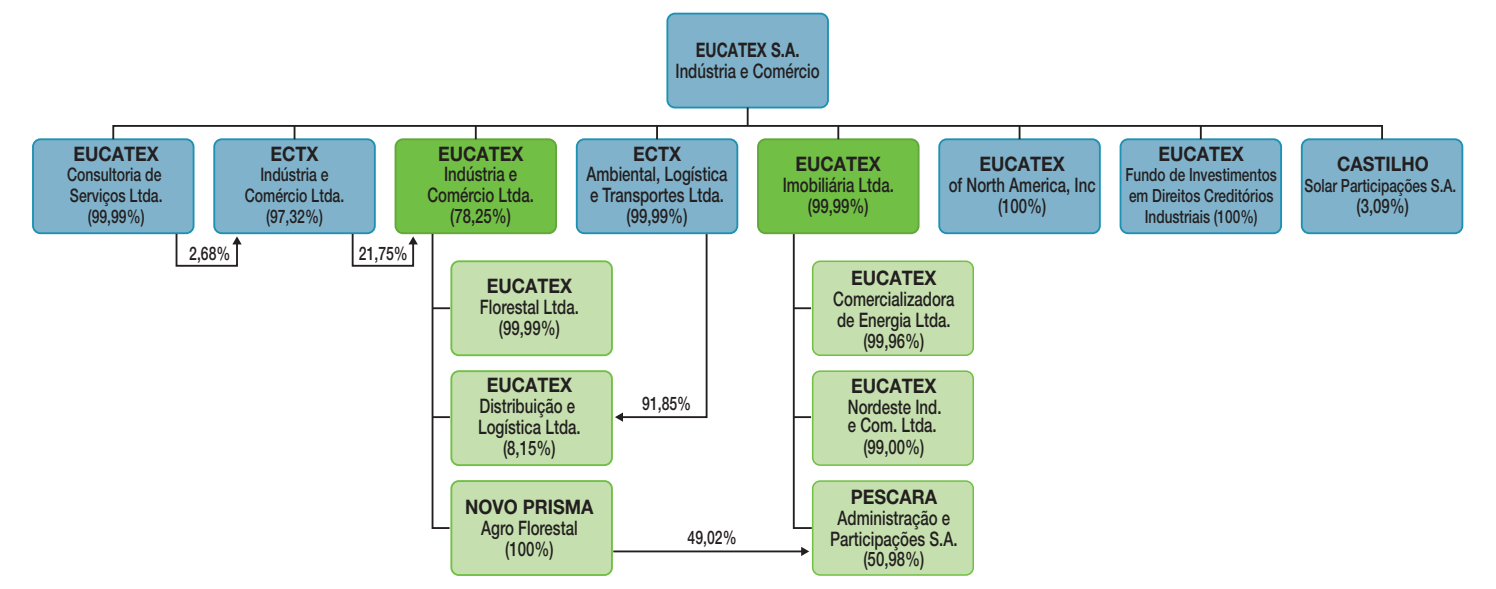
A Companhia não realizou qualquer tipo de pagamento para possível resgate. O ataque ocorreu nos servidores de aplicação e de rede de e-mail e não foram afetados; 1) os sistemas que operam na nuvem; 2) o banco de dados do ERP Totvs (sistema ERP); 3) os servidores da unidade Fibrá Botucatu; e 4) todos os sistemas e servidores da rede industrial. O tempo de paralisação das atividades transacionais computadorizadas foi minimizado e a Companhia operou praticamente dentro da normalidade. As providências tomadas foram as seguintes: **Antivírus:** Substituição do antivírus Kaspersky pelo Malwarebytes, considerado como NextGen EDR e capaz de bloquear com mais eficácia ataques de ransomware. **Anti-Spam:** Substituição do AntiSpam atual por um que possui IA embarcado, a ferramenta escolhida foi a Cloudflare. **Monitoramento e prevenção de novos ataques:** SOC (Security Operation Center), ou Centro de Operações de Segurança é uma estrutura responsável pela prevenção, detecção, gestão e resposta a acidentes, avaliação de vulnerabilidades e riscos. Além de realizar todo o monitoramento dos recursos e soluções de segurança da informação utilizados pela empresa. NOC - Network Operation Center, ou Central de Operações de Rede, é um serviço que atua de forma preventiva e proativa com objetivo de manter o ambiente de TI o mais estável possível, na prática, é o setor responsável por identificar, investigar, priorizar, escalar e solucionar qualquer problema que afete a performance ou a disponibilidade da rede. Toda essa análise é realizada por meio de softwares específicos. **Backup:** Será mantido o backup em fita, pois esse tipo de estrutura nos permitiu recuperar do ataque com praticamente zero perda de dados e a Companhia está em fase final da troca do software atual para o da Arcserve. 1.2. **FIDC:** Em outubro de 2024, a Companhia, junto à gestora EquerolInvest Gestão de Recursos Ltda. ("EQI Asset"), e com a administração do Banco Daycoval S.A., estruturou o Eucatex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada. O aporte de capital no fundo, no valor de R\$ 50.000, foi realizado pela Eucatex S.A. Indústria e Comércio, com o objetivo de otimizar o fluxo de caixa e fomentar a cadeia produtiva da Companhia. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio de natureza especial, em classe única fechada, nos termos da Resolução CMV nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, da Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022 ("RCVM 175/22") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sendo regido pelo seu regulamento. 1.3. **Capital circulante líquido negativo:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras capital circulante líquido negativo de R\$ 308.402 (Controladora). A diretoria avalia e faz a gestão econômico-financeira de forma individual e consolidada, onde o impacto na controladora refere-se principalmente a transações entre partes relacionadas que são eliminadas no consolidado. Tal situação não afeta a continuidade das operações da Companhia. Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS, E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1. **Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela fundação IFRS como normas contábeis IFRS). As demonstrações financeiras consolidadas estão identificadas como "consolidado" e as demonstrações financeiras individuais da Controladora estão identificadas como "Controladora". As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$"), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Itens divulgados em Reais estão informados quando aplicáveis. A diretoria da Companhia, no processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024, efetuou determinadas reclassificações nas demonstrações dos fluxos de caixa e balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023 para melhor comparabilidade e apresentação conforme as práticas de mercado. As reclassificações efetuadas não impactaram o resultado e patrimônio líquido anteriormente apresentado, tampouco indicadores financeiros da Companhia. A diretoria da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela diretoria da Companhia na sua gestão. Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como área plantada e número de unidades, entre outros, não foram objeto de auditoria, ou revisão por parte de nossos auditores independentes e encontram-se devidamente identificadas como tal. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi aprovada pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2025. 2.2. **Base de consolidação:** **Controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as sociedades: Eucatex S.A. Indústria e Comércio e suas controladas diretas e indiretas conforme abaixo:

Descrição	CNPJ	31/12/2024			Localização da sede	Atividade principal
		Participação - %				
		Direta	Indireta	Total		
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	14.675.270/0001-07	78,25	21,75	100,00	São Paulo (SP)	Produção e comercialização de painéis de madeira (chapas de Fibra e MDP), além de produtos derivados como painéis de divisão, portas, pisos laminados, tintas imobiliárias, vernizes e lacas.
ECTX Indústria e Comércio Ltda.	77.769.388/0001-14	97,32	2,68	100,00	São Paulo (SP)	Atualmente não está operacional, possui créditos fiscais
Eucatex Consultoria de Serviços Ltda.	52.052.214/0001-05	99,99	-	99,99	Salto (SP)	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica.
Eucatex Imobiliária Ltda.	07.580.377/0001-06	99,99	-	99,99	São Paulo (SP)	Atividade imobiliária e Realização das atividades de Silvicultura, Colheita e Gestão Florestal em terras próprias
Eucatex North America, Inc.		100,00	-	100,00	Alpharetta (GA) EUA	Coordenação da atividade de exportação e venda dos produtos Eucatex na América do Norte
ECTX Ambiental, Logística e Transporte Ltda.	05.912.929/0001-00	99,99	-	99,99	São Paulo (SP)	Atividades de transportes, logística de coleta de resíduos e venda de material reciclado
Eucatex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Industriais de Responsabilidade Limitada	55.984.759/0001-48	100,00	-	100,00	São Paulo (SP)	Fundos de investimento, exceto previdenciários e imobiliários
Castilho Solar Participações S.A.	31.738.278/0001-94	3,09	-	3,09	Botucatu (SP)	Comercialização e geração de energia elétrica
Novo Prisma Agroflorestal Ltda.	05.949.736/0001-24	-	100,00	100,00	São Paulo (SP)	Realização das atividades de Silvicultura, Colheita e Gestão Florestal em terras arrendadas e de parcerias
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	05.396.883/0001-14	-	100,00	100,00	São Paulo (SP)	Distribuição de produtos do Segmento C.Civil
Eucatex Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	11.782.147/0001-05	-	99,96	99,96	São Paulo (SP)	Compra e venda de energia elétrica
Eucatex Nordeste Indústria e Comércio Ltda.	12.494.872/0001-32	-	99,00	99,00	Cabo de Santo Agostinho (PE)	Produção e comercialização de tintas e vernizes
Eucatex Florestal Ltda.	61.807.897/0001-54	-	99,99	99,99	São Paulo (SP)	Atualmente não está operacional
Pescara Administração e Participações S.A.	16.550.478/0001-25	-	100,00	100,00	Botucatu (SP)	Atualmente não está operacional

Descrição	CNPJ	31/12/2023			Localização da sede	Atividade principal
		Participação - %				
		Direta	Indireta	Total		
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	14.675.270/0001-07	77,89	22,11	100,00	São Paulo (SP)	Produção e comercialização de painéis de madeira (chapas de Fibra e MDP), além de produtos derivados como painéis de divisão, portas, pisos laminados, tintas imobiliárias, vernizes e lacas.
ECTX Indústria e Comércio Ltda.	77.769.388/0001-14	97,32	2,68	100,00	São Paulo (SP)	Atualmente não está operacional, possui créditos fiscais
Eucatex Consultoria de Serviços Ltda.	52.052.214/0001-05	99,99	-	99,99	Salto (SP)	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica.
Eucatex Imobiliária Ltda.	07.580.377/0001-06	99,99	-	99,99	São Paulo (SP)	Atividade imobiliária e Realização das atividades de Silvicultura, Colheita e Gestão Florestal em terras próprias
Eucatex North America, Inc.		100,00	-	100,00	Alpharetta (GA) EUA	Coordenação da atividade de exportação e venda dos produtos Eucatex na América do Norte
ECTX Ambiental, Logística e Transporte Ltda.	05.912.929/0001-00	99,99	-	99,99	São Paulo (SP)	Atividades de transportes, logística de coleta de resíduos e venda de material reciclado
Castilho Solar Participações S.A.	31.738.278/0001-94	3,09	-	3,09	Botucatu (SP)	Comercialização e geração de energia elétrica
Novo Prisma Agroflorestal Ltda.	05.949.736/0001-24	-	100,00	100,00	São Paulo (SP)	Realização das atividades de Silvicultura, Colheita e Gestão Florestal em terras arrendadas e de parcerias
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	05.396.883/0001-14	-	100,00	100,00	São Paulo (SP)	Distribuição de produtos do Segmento C.Civil
Eucatex Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	11.782.147/0001-05	-	99,96	99,96	São Paulo (SP)	Compra e venda de energia elétrica
Eucatex Nordeste Indústria e Comércio Ltda.	12.494.872/0001-32	-	99,00	99,00	Cabo de Santo Agostinho (PE)	Produção e comercialização de tintas e vernizes
Eucatex Florestal Ltda.	61.807.897/0001-54	-	99,99	99,99	São Paulo (SP)	Atualmente não está operacional
Pescara Administração e Participações S.A.	16.550.478/0001-25	-	100,00	100,00	Botucatu (SP)	Atualmente não está operacional



Nas operações entre as sociedades consolidadas foram eliminadas as participações recíprocas, os saldos de contas, as receitas e despesas e os lucros não realizados, líquido dos efeitos tributários, entre as Companhias, quando aplicável. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistente em todas as sociedades consolidadas.

2.3. **Sumário das principais políticas contábeis:** 2.3.1. **Apresentação de informação por segmentos:** A diretoria definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas os quais são: Indústria, Revenda e Outros, Construção Civil e Mercado Externo. 2.3.2. **Conversão em moeda estrangeira:** a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas é o Real, exceto pela Eucatex of North America, Inc. que é o dólar dos Estados Unidos da América (USD). O Real é a moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas. b) **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas na moeda funcional da Companhia (Controladora), o Real ("R\$") utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da

avaliação na qual os itens são mensurados (ou, se não disponível, a taxa de câmbio do primeiro dia útil subsequente disponível). Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. c) **Sociedades da Companhia:** A controlada localizada no exterior, Eucatex of North America Inc. (Nota 13), possui corpo gerencial próprio, bem como independência administrativa, financeira e operacional. Portanto, seus ativos e passivos e resultados são convertidos pelo seguinte método: (i) Ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio da data de fechamento das demonstrações financeiras; (ii) Patrimônio líquido convertido pela taxa de câmbio em vigor nas datas das transações;

(iii) **Receitas e despesas convertidas pela taxa média de câmbio,** desde que não tenham ocorrido flutuações significativas de câmbio. Os efeitos da variação cambial são registrados na conta de resultados abrangentes. 2.3.3. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo denominados em Reais, com auto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores às três meses ou para os quais existem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato. 2.3.4. **Ativos financeiros:** a) **Classificação:** A Companhia classifica seus instrumentos financeiros com base no propósito, finalidade e características pelos quais foram adquiridos mensurando inicialmente pelo valor justo. Subsequentemente os ativos financeiros são classificados entre custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. b) **Reconhecimento e mensuração:** O reconhecimento de um ativo financeiro ocorre na data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, com exceção das contas a receber que são reconhecidas pelo preço de aquisição, menos os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a aquisição ou a emissão do ativo ou passivo financeiro. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Os valores justos dos ativos e passivos com colação pública são baseados nos preços de negociação na data de fechamento. Se um ativo financeiro não possui mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de preços que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia. c) **Redução de valor recuperável de ativos financeiros (Impairment):** A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (excluindo os prejuízos de crédito futuro) não foram creditados de desvalorização de juros que representam o custo de capital da Companhia. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: "Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor"; "Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros principal"; "O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido a dificuldades financeiras"; e "Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais, como condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. Se, em um período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. 2.3.5. **Contas a receber de clientes:** Referem-se na sua totalidade às operações de curto prazo e estão apresentadas por valores próximos aos seus valores presentes, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data da estimativa da vida útil econômica dos respectivos componentes. As taxas de câmbio de depreciação sobre as estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e é calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. 2.3.6. **Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio de compras ou produção inferiores ao seu custo de reposição ou aos valores de realização. Uma provisão para potenciais perdas é estabelecida quando itens são definidos como obsoletos ou mornos em quantidade superior àquela a ser utilizada, com base na estimativa da administração quanto aos valores líquidos de realização. 2.3.7. **Ágio:** O ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma controlada, entidade com controle em conjunto, ou coligada, na respectiva data de aquisição. O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial", na controladora, e

...continuação



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dezembro de 2024 e 128 fazendas em 31 de dezembro de 2023. Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos custos de menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação, sendo depreciados pelas taxas informadas na Nota 16. **2.3.19. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras na rubrica "dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar", ao final de cada exercício, e seu saldo é apurado considerando como base o dividendo mínimo estabelecido no estatuto social da Companhia. Conforme previsto no estatuto social, a Companhia pode pagar juros sobre capital próprio, atribuindo seus valores como dividendos. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado. **2.3.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:** As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e a IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A Companhia não teve impactos materiais em função das alterações em questão. **2.3.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alterações emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e alterações em suas novas e alteradas, se cabível, quando entrar em vigor. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas só entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas e Responsabilidade Pública. **Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A Companhia está avaliando os impactos da alteração em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empenimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:**

Ativos financeiros	Valor contábil		Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	1.951	106	1.951	106	246.225	33.237
Títulos e valores mobiliários	-	645	-	645	10	97.086
Instrumentos financeiros derivativos de dívida	869	-	869	-	5.517	1.413
Contas a receber de clientes	2.820	29.004	2.820	29.004	686.275	625.330
Total	5.580	30.755	5.580	29.755	938.127	757.266
Passivos financeiros	311/2/2023	311/2/2023	311/2/2024	311/2/2023	311/2/2024	311/2/2023
Empréstimos e financiamentos - Circulante e não circulante	107.528	145.286	107.528	145.286	805.708	703.957
Instrumentos financeiros derivativos de dívida	-	-	-	-	39.193	14.285
Contas a pagar e fornecedores - Circulante e não circulante	69.761	63.911	69.761	63.911	318.341	283.021
Total	177.289	209.197	177.289	209.197	1.163.242	1.001.263

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

a) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos; b) A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40(R1)/NBC CT 40(R2)/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação de seu critério de mensuração. A Companhia possui instrumentos financeiros de nível 1, 2 e 3. O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente. **4.2. Mensuração do valor justo:** A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado. A Companhia possui instrumentos financeiros de nível 1 e 2 e a mensuração do valor justo é derivado de outros insumos cotados incluídos no nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços).

31/12/2023	Controladora		Consolidado	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativo circulante				
Ações	608	37	1.186	95.900
Títulos e valores mobiliários	608	37	1.186	95.900
Total	1.216	74	2.372	191.800
31/12/2024	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativo circulante				
Aplicações financeiras	-	124	-	154.564
Total	-	124	-	154.564

4.3. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e derivativos e estão registrados pelo valor de custo, exceto pelos derivativos que são registrados pelo valor justo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, nas datas de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI, para linhas de empréstimos e financiamentos nacionais e aplicações financeiras em moeda nacional, que tem o CDI como principal indexador. Para linhas de crédito em moeda estrangeira, os principais riscos estão associados à variação cambial e à variação nas taxas de juros. **Riscos de Sensibilidade em Coligada, em Controlada e Empenimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Todas as operações de Contrato de Câmbio - ACC e CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio), todas se apresentam divulgadas pelo valor de mercado. As aplicações em CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos, não apresentam diferenças significativas para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses no valor de 12,25% a.a. e este definido como cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2024, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Consolidado	Saldo	Risco	Cenário		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicação financeira posição 31/12/2024	154.564	CDI	12,25%	9,13%	6,13%
			18,93%	14,20%	9,47%
			11,65%	8,74%	5,83%

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas a qual a Companhia está exposta na data-base do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores do CDI e nas taxas de câmbio (US\$) vigentes em 31 de dezembro de 2024, foi definido o cenário provável que impactaria os resultados futuros, e a partir deste, calculadas as variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para ser liquidado a partir de 2024. A data-base utilizada para os empréstimos e financiamentos foi 31 de dezembro de 2024, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade deles em cada cenário.

31/12/2024	Risco	Consolidado	Cenário		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Variação cambial			10,00%	12,50%	15,00%
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	US\$	356.779	35.678	89.195	178.390
Instrumentos derivativos de dívida		25.678	2.568	6.420	12.839
Alteração no CDI			12,25%	15,31%	18,38%
Empréstimos e financiamentos em reais	CDI	448.929	54.994	68.742	82.491
Instrumentos derivativos de dívida		7.998	968	1.209	1.451

4.4. Instrumentos financeiros derivativos:

31/12/2023	Risco	Consolidado	Cenário		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Variação cambial:			10,00%	12,50%	15,00%
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	US\$	16.239	1.624	2.030	2.436
Alteração no CDI:			11,65%	14,56%	17,48%
Empréstimos e financiamentos em reais	CDI	700.590	81.619	102.233	122.428

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações. Tais riscos envolvem principalmente os efeitos de taxa de câmbio, visto que suas receitas são geradas em reais ("R\$") e a Companhia possui compromissos significativos em dólares norte-americanos ("USD"). Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado no seu vencimento, estando contabilizado a valor justo quando existentes, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros. As operações de derivativos contratadas têm a finalidade de reduzir os efeitos dos custos de captação, em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía instrumentos financeiros derivativos na modalidade "Swap Fluxo de Caixa" e "Trava Cambial" de nível 2. O montante principal de referência em 31 de dezembro de 2024 é R\$ 602.930 correspondentes aos contratos de empréstimos com os Bancos ABC Brasil, Banco Fibra, Banco Original, Banco BMG, BOCOM e Banco BTG conforme demonstrado abaixo:

Swap e trava cambial - Fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2024:

Produto	Data de início	Vencimento	Tipo da operação	xador	Inde-Inde-	Referência	Ajuste
CCE USD	13/07/2022	30/06/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dólar	1.049	142
CCE USD	31/08/2022	15/08/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dólar	2.945	515
CCE USD	31/10/2022	31/10/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dólar	2.332	355
CCE USD	28/02/2023	02/03/2026	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dólar	5.560	955
CR RURAL	29/04/2024	30/04/2029	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Pré	50.018	(2.139)
CR RURAL	29/09/2023	29/09/2028	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Pré	9.378	(447)
CR RURAL	31/01/2024	31/01/2029	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Pré	10.000	(584)
CR RURAL	21/08/2022	04/08/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dólar	14.204	882
CCE USD	30/11/2022	05/05/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dólar	700	45
CCE USD	29/05/2023	25/05/2026	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dólar	13.635	510
CCE USD	30/05/2022	05/05/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dólar	4.948	251
CCE USD	28/06/2022	05/05/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dólar	1.195	63
CCE USD	07/07/2023	07/07/2026	Swap - Fluxo de caixa	Pré	Dólar	35.671	288
CCE USD	14/12/2023	14/12/2026	Swap - Fluxo de caixa	Pré	Dólar	63.093	358
CCE USD	30/09/2022	30/09/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Pré	44.997	628
CCB USD	22/02/2022	17/02/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dólar	835	96
CCB USD	27/05/2022	19/05/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dólar	1.078	150
CCB USD	17/06/2022	09/06/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dólar	825	92
CCB USD	08/08/2022	04/08/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dólar	988	87
CCB USD	28/09/2022	22/09/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dólar	2.475	240
CCB USD	31/10/2022	27/10/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dólar	1.198	90
CCB USD	29/11/2022	24/11/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dólar	1.181	72
CCB USD	29/12/2022	15/12/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dólar	3.479	204
CCB USD	22/12/2022	19/05/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dólar	3.181	249
CCB USD	27/04/2023	20/04/2026	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dólar	6.265	226
CCE PRE	26/07/2024	26/07/2028	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Pré	31.049	(2.767)
CCE PRE	26/07/2024	26/07/2028	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Pré	29.046	(2.589)
CCB	13/05/2024	14/05/2029	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dólar	128.656	(5.295)
-	23/05/2024	10/02/2025	Trava Cambial	Dólar	Dólar	27.550	(3.409)
-	27/05/2024	18/02/2025	Trava Cambial	Dólar	Dólar	5.180	(1.012)
-	29/05/2024	20/02/2025	Trava Cambial	Dólar	Dólar	5.200	(992)
-	29/05/2024	26/02/2025	Trava Cambial	Dólar	Dólar	5.210	(982)

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Financeiras Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Financeiras Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia está avaliando os impactos da alteração em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflete as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia está avaliando os impactos da alteração em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluem várias estimativas. As principais estimativas e premissas que podem apresentar risco com probabilidade de causar ajustes significativos nos valores contábeis de ativos e passivos estão contempladas abaixo: • Valor justo do ativo biológico - Nota explicativa 15; • Recuperação de ativo imobilizado e intangível e vida útil - Nota explicativa 16 e 17; • Imposto de renda e contribuição social diferidos - Nota explicativa 25; • Provisões para riscos tributários, trabalhistas e civis - Nota explicativa 24; • Análise do risco de crédito para perdas de crédito esperadas (contas a receber) - Nota explicativa 7; • Provisão para perdas nos estoques - Nota explicativa 8; • Taxa incremental de arrendamentos - Nota explicativa 16.1; • Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros - Nota explicativa 4.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DA SENSIBILIDADE DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

4.1. Análise dos instrumentos financeiros: A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Valor contábil	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	1.951	106	1.951	106
Títulos e valores mobiliários	-	645	-	645
Instrumentos financeiros derivativos de dívida	869	-	869	-
Contas a receber de clientes	2.820	29.004	2.820	29.004
Total	5.580	30.755	5.580	29.755
Passivos financeiros	311/2/2023	311/2/2023	311/2/2024	311/2/2023
Empréstimos e financiamentos - Circulante e não circulante	107.528	145.286	107.528	145.286
Instrumentos financeiros derivativos de dívida	-	-	-	-
Contas a pagar e fornecedores - Circulante e não circulante	69.761	63.911	69.761	63.911
Total	177.289	209.197	177.289	209.197

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

Produto	Data de início	Vencimento	Tipo da operação	Inde-Inde-	xador	Referência	Ajuste
-	31/05/2024	26/02/2025	Trava Cambial	Dólar	Dólar	31.440	(5.740)
-	04/05/2022	26/02/2025	Trava Cambial	Dólar	Dólar	10.540	(1.843)
-	07/06/2024	26/02/2025	Trava Cambial	Dólar	Dólar	5.300	(892)
-	07/06/2024	02/01/2025	Trava Cambial	Dólar	Dólar	5.278	(914)
-	07/06/2024						

...continuação



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PL R\$ a pagar	-	-	10.176	8.405
INSS a recolher	5	2	6.764	5.931
FGTS a recolher	-	-	1.776	1.979
Provisão de férias e encargos	-	-	32.828	29.550
Total	5	2	51.944	45.865

21. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ	283	-	2.723	-
PIS/COFINS	600	1.272	5.663	4.463
ICMS	-	-	9.136	9.015
ISS	4	5	876	580
IRPJ/CSLL	9.937	57	29.267	9.706
Outros	-	-	3.324	1.693
Total	10.824	1.334	50.979	21.457

22. TRIBUTOS PARCELADOS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
REFIS IV (a)	-	18.385	-	22.502
Outros	3.663	4.614	3.664	4.614
Total	3.663	22.999	3.664	27.116
Passivo circulante	1.644	19.062	1.645	23.179
Passivo não circulante	2.019	3.937	2.019	3.937
Total	3.663	22.999	3.664	27.116

(a) REFIS - Com base na Lei nº 11.941/2009 de 27 de maio de 2009 e na Medida Provisória nº 470/2009 de 13 de outubro de 2009, a Companhia e suas controladas ingressaram com pedido de parcelamento especial "REFIS IV" na Secretaria da Receita Federal, com migração do saldo devedor em aberto do Parcelamento Extraordinário do Ministério da Fazenda (PAEX) e inclusão de processos judiciais encerrados contra a Secretaria da Receita Federal. A Companhia encontra-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parcelados e correntes como condição essencial para a manutenção do parcelamento e das condições dele. A Companhia realizou a antecipação do REFIS IV, de modo que na data de 31 de dezembro de 2024, todas as parcelas já estavam devidamente liquidadas. A Receita Federal do Brasil realizou a consolidação do parcelamento da Controladora e suas controladas, entretanto a Companhia verificou que ocorreram divergências, entre o que foi indicado dentro do programa de parcelamento e o que a Receita consolidou. Essas divergências foram objeto de processos administrativos e judiciais que se alongam desde a data da consolidação. Mesmo não concordando com os valores que estão sendo cobrados a Companhia não tem outra opção a não ser continuar realizando os pagamentos, enquanto discute as divergências. Com base na opinião dos assessores da Companhia, em função da jurisprudência, e considerando os termos do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o saldo remanescente do parcelamento foi provisionado.

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2023	22.999	27.116
Adições	1.006	1.006
Baixas	(20.871)	(25.039)
Atualizações monetária	529	581
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	3.663	3.664

23. CONTAS A PAGAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Energia elétrica	-	-	8.158	6.809
Fretes a pagar	-	-	17.736	17.488
Comissões a pagar	2.097	2.117	9.596	7.329
Honorário advocatícios	-	5.892	10.934	13.298
Outras	965	-	7.453	10.912
Total	3.062	8.009	53.877	55.836

24. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A diretoria, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade, ou não, de constituição de provisão para demandas judiciais. Em 31 de dezembro de 2024, encontra-se provisionado no Consolidado o montante de R\$ 83.160, o qual, conforme a diretoria baseada na opinião de seus assessores legais julga ser suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é conforme demonstramos a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Impostos e contribuições federais	51.536	50.414	63.290	59.754
Provisões trabalhistas	6.944	3.882	10.616	13.089
Provisões cíveis e outras	-	-	9.254	9.073
Total da provisão para demandas judiciais	58.480	54.296	83.160	81.916

Impostos e contribuições: Refere-se a questionamento, administrativo e judicial, sobre a constitucionalidade da natureza, a composição da base de cálculo, as modificações de alíquotas e a expansão da base de cálculo de alguns tributos estaduais e federais e autos de infração, objetivando assegurar o não reconhecimento ou a recuperação de valores julgados indevidos no passado. **Trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia estava sujeita a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas instâncias do rito processual aguardando julgamento. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, o montante provisionado é considerado suficiente pela diretoria para fazer face às perdas esperadas. **Processos com probabilidade de perda possível:** A Companhia está envolvida em outros processos trabalhistas, trabalhistas e cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da diretoria e de seus assessores legais, têm expectativa de perda classificada como possível. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída para fazer face ao possível desfecho desfavorável destes. Os montantes dos processos provisionados como possível em 31 de dezembro de 2024 são: tributário R\$ 156.014 (R\$ 146.917 em 31 de dezembro de 2023), previdenciários R\$ 10.442 (R\$ 8.208 em 31 de dezembro de 2023), cível R\$ 25.117 (R\$ 28.674 em 31 de dezembro de 2023) e trabalhistas R\$ 33.081 (R\$ 17.039 em 31 de dezembro de 2023). O principal processo no âmbito estadual se refere a ação de CNIS sobre importação por conta e ordem "Guerra dos Portos" nos períodos 08/2007, 01/2008 a 06/2011 de desembaraço por Trading no Estado de Santa Catarina. No âmbito federal os principais processos são: Execução Fiscal visando a cobrança de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) referente ao período de 2006 a 2009 referente a Plano Verão no montante de R\$ 67.492 e R\$ 30.061 trata-se de execução fiscal originária de Processo Administrativo referentes a débitos de IRPJ e CSLL do ano de 2009, por conta da não entrega de contas de parcelamento. Na área cível temos o processo no montante aproximado de R\$ 24.381 com fornecedor de fretes na qual a autora pretende o recebimento de indenização de perdas e danos em razão de rescisão contratual motivada.

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) **Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:** O saldo de R\$ 203.919 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 186.296 em 31 de dezembro de 2023), refere-se a valores de imposto de renda e contribuição social diferidos correspondente ao saldo de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para sua plena utilização, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Em dezembro de 2023 a Companhia registrou montante nessa rubrica decorrente do aumento do prejuízo fiscal e base negativa da CSLL da controladora e de sua controlada Eucatex Indústria e Comércio Ltda. referente ao aproveitamento de incentivos fiscais. Determinadas operações (CNPJ sob o nº beneficiadas por incentivos fiscais estaduais que, conforme artigo 30 da Lei nº 12.973/14 e Lei Complementar nº 160/17, puderam ser caracterizadas como subvenção para investimentos. (Nota 26 b-5).

Natureza do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Constituição de prejuízo fiscal e base negativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisões fiscais, trabalhista, previdenciárias e cíveis	19.654	18.338	35.325	21.920
Variação cambial	1.435	1.268	24.166	2.678
	87.537	88.278	203.783	186.296

A diretoria, com base em seu orçamento, estima que os créditos fiscais sejam realizados conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	13.952	-	29.443
2025	21.009	15.781	48.908	33.304
2026	22.760	17.506	52.984	36.943
2027 a 2029	43.768	41.039	101.891	86.065
	87.537	88.278	203.783	186.296

O prejuízo fiscal e diferenças temporárias, em 31 de dezembro de 2024, na controladora, somam R\$ 257.462. Já no consolidado, o montante é de R\$ 599.361, sobre os quais foram constituídos o imposto diferido, tendo como base uma alíquota de 34% de IRPJ e CSLL. A Companhia e suas controladas foram tributadas pelo lucro real, com exceção das controladas Eucatex Imobiliária Ltda., Novo Prisma Agro-Florestal Ltda. ECTAX Ambiental, Logística e Transporte Ltda. e Pescara Administração e Participação S/A, as quais foram optantes pelo lucro presumido e quanto a Eucatex de North America Inc, ("ENA") que é tributada com base na legislação tributária local.

b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos:**

Ajustes CPC s/IFRS - Custo atribuído de terrenos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
- Controlada	-	-	46.251	46.251
Ajustes CPC s/IFRS - Alteração da vida útil do imobilizado	-	-	53.484	61.145
	-	-	99.735	107.396

A Companhia efetua o registro de imposto diferido ativo e passivo levando em consideração a entidade legal, o prazo e compensações distintas. c) **Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e da contribuição social:** A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	202.463	369.170	227.108	325.442
Alíquota	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	(68.837)	(125.518)	(77.217)	(110.650)
Adições / Exclusões				
Equivalência patrimonial	57.539	102.270	-	-
Juros sobre capital próprio	22.330	8.397	22.330	8.397
Efeitos tributários - Lucro presumido de controladas (1)	-	-	23.097	37.982
Subvenção para investimento	-	31.088	-	116.333
IR e CS sobre a taxa selic débitos tributários	1.305	38.240	3.686	47.173
Efeitos tributários - Controlada no exterior	(21.118)	-	(2.116)	4.269
Outras adições e exclusões líquidas	4.343	(1.439)	1.124	(6.733)
Imposto de renda e Contribuição social	(4.438)	53.038	(29.096)	96.771
Correntes	(3.696)	89	(54.245)	(15.486)
Diferidos	(742)	52.949	25.149	112.257

(1) No consolidado estão incluídos os efeitos tributários entre as formas de apuração do lucro real e presumido, uma vez que quatro de suas controladas são optantes do modelo "lucro presumido".

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** O capital autorizado, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.412.752 e R\$ 851.941 em 31 de dezembro de 2023, representado por 31.257.700 ações ordinárias e 61.361.556 ações preferenciais, todas sem valor nominal. As ações preferenciais não terão direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, mas contam com as seguintes vantagens: a) direito a dividendo de no mínimo 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; b) prioridade na percepção eventual de quaisquer dividendos excedentes do dividendo obrigatório; c) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação da Companhia; d) participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas proveniente da capitalização de reservas ou lucros em suspenso. Em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 25 de abril de 2024 foi deliberado e aprovado o aumento do capital social da Controladora no montante de R\$ 500.811 mediante a capitalização total das reservas de subvenção para investimentos e da reserva para expansão de investimento, sem emissão de novas ações. b) **Reserva de lucros:** b.1) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. b.2) **Reserva para expansão e investimento:** Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, com o objetivo de atender principalmente aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital, processos de modernização e manutenção das fábricas. A diretoria propôs na Assembleia Geral da Companhia, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a retenção do referido saldo. Em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 25 de abril de 2024 foi deliberada e aprovada a destinação total do saldo de reserva para expansão de investimento para o aumento do capital social. b.3) **Reserva de lucros:** A reserva de lucros a realizar corresponde aos efeitos do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, o qual será utilizada na absorção do saldo da avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo apurado no resultado, mas que ainda não foram realizados economicamente e financeiramente, ao valor relativo a trânsito em julgado de ações judiciais que geraram em contabilização de receita cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social e ao valor de receita decorrente da contabilização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa. Após a realização efetiva do ativo biológico, por meio da exaustão dos ativos, a parcela do valor justo do ativo exaurido é transferida da reserva de lucros a realizar para as destinações legais do resultado auferido. A realização da reserva de ativos contingentes corresponderá ao valor da compensação dos créditos tributários. b.4) **Reserva especial de dividendos:** A parcela destinada aos dividendos mínimos obrigatórios calculados a razão de 25% do lucro líquido ajustado, apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 58.043 foram destinados a reserva especial de dividendos de acordo com os termos do Art. 202 §4º e 5º da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia reverteu a reserva especial de dividendos para conta de dividendos a pagar, uma vez que a mesma não foi absorvida por prejuízo, matéria sujeita à aprovação da AGO. b.5) **Reserva para subvenção e investimento:** Com base em decisão proferida pelo STJ em 12/06/2023, a diretoria decidiu efetuar a exclusão dos valores referentes à Subvenção do ICMS - Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro. Por conta da dedutibilidade das cifras referentes à Subvenção no valor de R\$ 342.156 e consequente acréscimo dos prejuízos fiscais, a Companhia efetuou o correspondente registro do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos no montante de R\$ 116.333 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Em atendimento aos termos da Lei 11.638 de 2007, a Companhia destinou o montante de R\$ 342.156 para reserva de subvenção para investimentos que poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou usada para aumento de capital. Das cifras totais, R\$ 85.769 refere-se a incentivos fiscais gerados no exercício de 2023 e R\$ 256.387 refere-se a períodos anteriores, ambos excluídos para fins de cálculo dos dividendos obrigatórios. Em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 25 de abril de 2024 foi deliberada e aprovada a destinação total do saldo de reserva de subvenção para investimento para aumento do capital social. c) **Dividendos:** Todas as ações têm assegurado o direito a dividendo obrigatório, não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária brasileira. As ações preferenciais têm direito a dividendos superiores em 10% aos atribuídos às ações ordinárias, prioridade na percepção de quaisquer dividendos excedentes do dividendo obrigatório e, no reembolso, em caso da liquidação da Companhia, participação em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas provenientes da capitalização de reservas ou lucros em suspenso. O saldo a pagar de juros sobre capital próprio e dividendos em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 117.439, sendo R\$ 56.617 do exercício de 2024.

28. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

As principais informações por segmento de negócio correspondente a 31 de dezembro de 2024 e 2023 são as seguintes:

Descrição	Indústria, revenda e outros		Construção Civil		Mercado externo		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas e serviços	1.097.864	1.071.521	1.091.011	1.028.477	668.934	577.588	2.857.809	2.677.586
Ativo biológico	85.579	106.252	-	-	-	-	85.579	106.252
Custos dos produtos e dos serviços prestados	(1.046.350)	(796.265)	(724.205)	(754.584)	(230.545)	(354.529)	(2.001.100)	(1.905.378)
Lucro bruto	137.093	381.508	366.806	273.893	438.389	223.059	942.288	878.460

O resultado consolidado considera as eliminações das vendas entre as empresas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possui nenhum cliente que represente mais de 10% de sua receita líquida. Na elaboração das informações por segmento da Companhia, através de critérios gerenciais de alocação, efetuou ajustes para melhor refletir as informações por segmento.

29. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Reconciliação da receita bruta de vendas para a receita líquida de vendas está assim representada, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Descrição	Períodos de seis meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de vendas	297.887	334.076	3.357.892	3.153.733
Mercado interno	298.356	334.624	2.733.877	2.601.515
Mercado externo	-	-	658.899	581.539
Devoluções	(469)	(548)	(34.884)	(29.321)
Impostos e contribuições sobre vendas	(76.099)	(78.524)	(500.083)	(476.147)
Receita líquida de vendas	221.788	255.552	2.857.809	2.677.586

30. INFORMAÇÃO SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custo dos produtos e das mercadorias vendidos	(169.359)	(207.869)	(2.001.100)	(1.905.378)
Despesas com vendas	(559)	(430)	(435.271)	(374.757)
Despesas gerais e administrativas	(12.494)	(19.220)	(103.949)	(99.411)
	(182.412)	(227.519)	(2.540.320)	(2.379.546)
Matéria-prima consumida e outros custos e despesas	(170.050)	(208.252)	(1.606.959)	(1.565.099)
Despesas com pessoal e encargos	-	4	(356.346)	(314.372)
Despesas de vendas variáveis	(556)	(344)	(285.599)	(245.477)
Depreciação e amortização	-	-	(143.818)	(124.623)
Serviços de terceiros	(10.847)	(18.166)	(112.414)	(107.672)
Propaganda e publicidade	(141)	(291)	(29.605)	(17.188)
Impostos e taxas	(818)	(470)	(5.579)	(5.115)
	(182.412)	(227.519)</		

...continuação



PARECERES E DECLARAÇÕES / DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para fins do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22. Declaro, na qualidade de Diretor Executivo da Eucatex S/A Indústria e Comércio, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830 - 11º andar, CEP 04543-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.643.018/0001-66 ("Companhia"), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, que juntamente com os demais membros da Diretoria da Companhia reví, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 14 de Março de 2025.

Flávio Maluf

Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

José Antonio Goulart de Carvalho

Diretor Vice-Presidente Executivo

Sergio Henrique Ribeiro

Diretor de Controladoria

Genildo de Brito

Diretor Jurídico

Otávio Maluf
Diretor Vice-Presidente Geral e Presidente do Conselho de Administração

PARECERES E DECLARAÇÕES / DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Para fins do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22. Declaro, na qualidade de Diretor Executivo da Eucatex S/A Indústria e Comércio, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830 - 11º andar, CEP 04543-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.643.018/0001-66 ("Companhia"), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, que juntamente com os demais membros da Diretoria da Companhia reví, discuti e concordei com a opinião expressada no parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado de 31 de dezembro 2024.

São Paulo, 14 de Março de 2025.

Flávio Maluf

Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

José Antonio Goulart de Carvalho

Diretor Vice-Presidente Executivo

Sergio Henrique Ribeiro

Diretor de Controladoria

Genildo de Brito

Diretor Jurídico

Otávio Maluf
Diretor Vice-Presidente Geral e Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, conselheiros e diretores da **Eucatex S.A. Indústria e Comércio** São Paulo - SP.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eucatex S.A. Indústria e Comércio ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do valor justo dos ativos biológicos: Conforme divulgado nas notas explicativas 2.3.10 e 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a mensuração do valor justo dos ativos biológicos é determinada através de técnicas de avaliação amparadas por mercado não observável e líquido, com premissas que consideram dados internos e externos, principalmente relacionadas à produtividade prevista, preços médios projetados de madeira e taxa de desconto dos fluxos de caixa. Ajustes nas premissas utilizadas no cálculo do ativo biológico podem, potencialmente, gerar efeitos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas nas rubricas "Ativo biológico" no ativo não circulante e em "Variação do valor justo dos ativos biológicos" no resultado do exercício. Em função dos riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da diretoria da Companhia e que podem gerar impacto relevante na determinação do valor justo dos ativos biológicos e, consequentemente, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: • Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento e análise do modelo utilizado para a estimativa do valor justo dos ativos biológicos; (ii) envolvimento de nossos especialistas para nos auxiliar na análise e revisão sobre a adequação das principais premissas utilizadas para determinar o valor justo dos ativos biológicos, incluindo produtividade das florestas de eucalipto, áreas plantadas e taxa de desconto; (iii) comparação das premissas de produtividade com informações históricas internas e externas disponíveis; (iv) análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas; e (v) avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024. • Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria executados sobre a mensuração do valor justo dos ativos biológicos, que está consistente com a avaliação da diretoria da Companhia, consideramos que os critérios e premissas na mensuração do valor justo dos ativos biológicos adotados pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações relacionadas a esse assunto nas notas explicativas 2.3.10 e 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações

financeiras individuais e consolidadas. **Reconhecimento de receitas de vendas:** Conforme divulgado nas notas explicativas 2.3.17 e 29 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em decorrência da relevância, do alto volume de transações de vendas e dos termos contratuais com os clientes, as receitas estão sujeitas a avaliações e julgamentos pela diretoria da Companhia na determinação do momento do seu reconhecimento contábil. Consequentemente, existe o risco de reconhecimento de receita fora do período de competência. Por essa razão, consideramos esse assunto relevante para a auditoria. **Como nossa auditoria conduziu o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo relacionado ao reconhecimento de receita de venda dos produtos por classe de cliente; (ii) entendimento do processo de mensuração das vendas faturadas e não entregues ao final do exercício; (iii) análise e comparação dos prazos médios de entrega utilizados na estimativa do cálculo de vendas faturadas e não entregues preparada pela Companhia com o cálculo de prazo médio de entrega efetivo calculado em base amostral; (iv) análises das variações de receita de vendas de produtos durante o exercício, a fim de avaliar variações contrárias às nossas expectativas definidas com base em nosso conhecimento no segmento do negócio e na Companhia; e (v) inspeção, em base amostral, de determinadas transações de vendas para analisar canhotos de entrega, nota fiscal, liquidação subsequente das faturas e relatório do retorno de entregas. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações relacionadas, incluídas nas notas explicativas 2.3.17 e 29. Como resultado destes procedimentos, identificamos a necessidade de ajuste de auditoria nas contas de receita de vendas, sendo este ajuste não registrado pela diretoria, tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria executados, que está consistente com a avaliação da diretoria da Companhia, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de receita da Companhia para suportar os julgamentos, estimativas, as informações, bem como as divulgações nas notas explicativas, incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado em 19 de março de 2024, sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a

Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 14 de março de 2025.



Wagner dos Santos Junior
Contador CRC-1SP216386/O-T

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/03/2025 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/19/EUCATEX1581389319032025.PDF>
Hash: 174233460090862c0d37b241cfa105e2b175fa7af1